

CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE ESTADUAL DO RIO VERMELHO
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 29/06/2012.

Aos vinte e nove dias do mês de junho de 2012 às quatorze horas, reuniram-se no refeitório da Polícia Militar Ambiental, situado na Rodovia João Gualberto Soares, s/nº, São João do Rio Vermelho - Florianópolis/SC, os membros do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Rio Vermelho e ouvintes conforme lista de presença anexa, para tratar da seguinte ORDEM DO DIA: **1.** Instalação dos trabalhos e verificação de quórum; **2.** Relato dos encaminhamentos da reunião anterior; **3.** Aprovação da Ordem do Dia; **4.** Informes; **5.** Consulta sobre horário das reuniões do Conselho Consultivo do PAERVE; **6.** Discussão e aprovação das atas das reuniões dos dias 24/02/2012 e 24/04/2012; **7.** Apresentação de projeto de Centro Receptivo e de Formação pela União dos Escoteiros do Brasil – Região de Santa Catarina; **8.** Apresentação de projeto de trilha na área do 1º Pelotão da Polícia Militar Ambiental; **9.** Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da CASAN; **10.** Elaboração do Plano de Manejo do PAERVE; **11.** Encaminhamentos e Encerramento. A reunião teve início com as boas vindas da chefe do PAERVE e Presidente do Conselho, Srª Elaine Zuchiwschi, que passou a presidir a reunião, agradecendo a presença de todos, conselheiros e ouvintes, pedindo autorização aos presentes para que a reunião fosse gravada em áudio, lembrando que, aos ouvintes seria dado direito à fala somente no final de cada item de pauta, pelo tempo máximo de seis minutos, divididos entre os mesmos. Dando continuidade ao **item 1** da pauta, Elaine expõe que Rosa/UFECO e Jackson/CASAN justificaram suas ausências e em seguida verifica o número de conselheiros presentes para averiguação de quórum, conforme o Regimento Interno, onde se constatou a presença de 6 (seis) conselheiros, não atendendo, portanto, o quórum mínimo de 10 (dez) conselheiros. Ato contínuo Elaine propõe aos presentes que a reunião seja iniciada mesmo sem a presença de quórum, passando apenas às discussões sobre os encaminhamentos da reunião anterior e os informes, pois neste intervalo de tempo, possibilitaria a chegada de mais conselheiros, o que é aceito por todos. Passando para o **item 2** da pauta Elaine comenta que na reunião realizada em vinte e quatro de fevereiro de dois mil e doze foi encaminhado pelo Conselho a necessidade de se entrar em contato com o setor de licenciamento da FATMA com a finalidade de pedir informações a respeito do processo de licenciamento do empreendimento Condomínio Mello Duarte localizado no final do Travessão no bairro do Rio Vermelho. Outro encaminhamento foi o envio à mídia de moção do Conselho solicitando a lotação de efetivos do último concurso da Polícia Militar ao 1º Pelotão da Polícia Militar Ambiental, que teria ficado a cargo da Emiliana/Aliança Nativa, o que ainda não havia sido feito. Ainda na reunião anterior foi criado um Grupo de Trabalho (GT) sobre Fiscalização, para discutir a fiscalização no Parque Estadual do Rio Vermelho (PAERVE), porém até o momento não havia sido realizada nenhuma reunião por falta de participação, devendo ser feito na próxima semana contato novamente com os membros do grupo para marcar reunião. Continua dizendo que também existe em funcionamento no Conselho um GT sobre o Plano de Comunicação cujo grupo fora criado a cerca de um ano, e dentre as atividades desenvolvidas está a elaboração de um projeto de comunicação sobre a restauração do PAERVE que será executado pela empresa vencedora da licitação referente à restauração do Parque. Outra atividade desenvolvida por este GT é a criação de um projeto de Educação Ambiental, o que necessita de consulta no Conselho visto que existe a proposta de que seja feito por alguns membros do GT e posteriormente apresentado aos demais membros para avaliação. Outro encaminhamento que vem sendo realizado pelo Mikon Moraes, secretário do Conselho, é a avaliação da necessidade de renovação do Conselho Consultivo, através de um levantamento da presença das instituições nas reuniões ordinárias realizadas no último ano, em que é verificado a participação e a partir disto serão encaminhados ofícios às instituições faltantes solicitando a substituição dos conselheiros. Está sendo feita também a verificação do mandato dos conselheiros. Dentre as instituições que apresentaram faltas significativas estão SDS, CASAN, FAPESC, SANTUR, BPMA, UFSC, SCPARCERIAS,

52 FLORAM, AMORV, CCBL, AMOCOSTA, ACIF, ILV, ECOSUL, SINDUSCON, e dentre as
53 citadas as que compõem caso mais grave com quatro ou cinco ausências em cinco reuniões
54 realizadas são: CASAN, FAPESC, SANTUR, AMORV, CCBL, AMOCOSTA, ACIF e
55 SINDUSCON. Aberto a fala para os conselheiros Maria Inês/AMORV diz que às vezes as novas
56 diretorias das instituições não passam as informações para seus filiados da participação em
57 conselhos e, no caso específico da AMORV, o que aconteceu foi que ela não estava oficializada
58 como representante desta instituição e por este motivo houveram as faltas. Passando ao **item 4** da
59 reunião referente aos informes, ante a permanência na inexistência de quórum, Elaine expõe que
60 o DEINFRA encaminhou à FATMA relatório referente ao trânsito de veículos durante a
61 restauração do PAERVE, onde se prevê: a saída de caminhões entre as 14h e 17h e entre 21h e
62 00h e durante o período de 15 de março até 30 de novembro, limpeza da rodovia e a
63 disponibilização de guincho para socorro num período máximo de 30 min da ocorrência do fato,
64 dentre outras exigências para a empresa compradora da madeira. Elaine continua dizendo que
65 referente ao assunto a FATMA também recebeu da Secretaria de Estado da Administração
66 (SEA) um parecer referente à venda da madeira, definindo que a FATMA tem autonomia para a
67 venda da madeira, que a licitação deve ser do tipo concorrência, devendo ser analisado tanto o
68 preço como a parte técnica da empresa, e que os recursos deverão ser depositados em conta
69 específica da FATMA. Outro informe é o arquivamento, no final de 2011, da Ação Civil Pública
70 2007.72.00.005453-8/SC, que exigiu estudos para incorporação de áreas de interesse relevante
71 ao PAERVE e que fosse feito novo edital de licitação para venda da madeira do PAERVE, e o
72 arquivamento do Inquérito Civil movido pelo prof. Giorgine Augusto Venturieri da UFSC que
73 denunciou a FATMA ao Ministério Público Estadual de irregularidades no corte raso de
74 pinheiros e demais árvores exóticas encontradas no PAERVE. Outro informe repassado por
75 Elaine aos conselheiros diz respeito à aprovação pela Câmara Técnica de Compensação
76 Ambiental (CTCA) de recursos para a criação de um conceito referente aos viveiros das
77 unidades de conservação (UC's) da FATMA para ser aplicado inicialmente através de um
78 projeto piloto no PAERVE. Outra informação é de que os termos de referência da venda da
79 madeira e da restauração do PAERVE foram finalizados e encaminhados à Diretoria de Proteção
80 aos Ecossistemas para ser encaminhado à comissão de licitação da FATMA. Maria
81 Inês/AMORV ressalta que os últimos caminhões previstos para a saída poderão coincidir com a
82 saída dos alunos das escolas conforme o horário fornecido pelo DEINFRA e pergunta sobre o
83 caminho a ser percorrido pelos caminhões. Elaine explica que os caminhões têm autorização
84 para saírem até às 17h, sendo calculado o trânsito de cerca de 24 caminhões por dia, sendo que
85 os caminhões devem sair em intervalos de 15 minutos, e que o caminho a ser percorrido é em
86 direção ao norte da ilha. Diz também que o DEINFRA tem conhecimento dos horários das
87 escolas e definiram esse horário por entenderem que nesses horários há menor fluxo de veículos.
88 Maria Inês/AMORV pergunta sobre os possíveis danos na rodovia. Elaine diz que é difícil prever
89 se os danos serão causados exclusivamente pelos caminhões, e lembra que os caminhões poderão
90 carregar no máximo 17 toneladas, conforme lei de trânsito, e que o peso será controlado através
91 de uma balança que deverá ser instalada pela empresa, uma outra exigência do DEINFRA. Sgto
92 Marcelo/BPMA diz que houve já uma retirada de pinus há alguns anos atrás e que essa retirada
93 se deu à noite e que também houve problemas, pois a população reclamava do barulho, diz que
94 se os caminhões utilizarem o trajeto pela rodovia João Gualberto irão pegar somente 2 (duas)
95 escolas e que o ideal seria tentar segurar a saída de caminhões um pouco antes das 17 h. Sobre o
96 viveiro opina que acha um absurdo ter de destruí-lo e construir outro ao invés de realizar apenas
97 uma reforma e questiona sobre a possibilidade de realizar a obra como de utilidade pública.
98 Elaine explica que uma obra, mesmo de utilidade pública, só é permitida em Área de
99 Preservação Permanente (APP) em caso de não existirem outras alternativas locais, como
100 por exemplo um trapiche que só pode ser posto em APP e que é preciso construir banheiros
101 masculino e feminino separados para os funcionários e visitantes do viveiro, além de estruturas
102 como refeitório e vestiários, o que é exigido pela lei trabalhista, o que implica em ampliação da

103 área construída. Danilo/FLORAM fala que referente à restauração do PAERVE esteve presente
104 na audiência pública realizada na câmara de vereadores para discutir lei municipal que proíbe
105 plantio de exóticas invasoras representações da universidade contrárias à restauração do
106 PAERVE devido ao valor científico da vegetação e pelo local ter se tornado um patrimônio
107 genético. Por fim diz que possui um vídeo com a gravação da audiência, colocando-o à
108 disposição de quem tiver interesse em obter cópia. Adilson/Epagri pergunta qual o tipo de
109 caminhão será usado para a retirada da madeira. Elaine responde que está previsto a utilização de
110 caminhões do tipo “truck”. Jorge/UFSC pergunta se há alguma previsão do início dos cortes de
111 pinus, pois a estrada já se encontra em péssimas condições, está em obras, e se a retirada iniciar
112 logo certamente a situação ficará muito pior, e diz que em relação ao corte de pinus não é
113 posição de toda a UFSC ser contra, muito pelo contrário a grande maioria se posiciona
114 favoravelmente ao projeto de restauração. Elaine responde que não há previsão do início da
115 retirada, no entanto ressalta que os termos de referência foram encaminhados para a FATMA dar
116 prosseguimento à comissão de licitação. Elaine continua os informes falando sobre a contratação
117 de duas novas estagiárias através do programa Novos Valores, do governo do Estado, sendo uma
118 estagiária do curso de agronomia e outra do curso de biologia da UFSC, ambas para trabalhar
119 durante 20 horas semanais. Outro informe passado por Elaine é que a Prefeitura de Florianópolis
120 foi novamente notificada pela FATMA a prestar esclarecimentos referente à obra de drenagem
121 do Rio Vermelho, porque foi realizada vistoria e foram verificadas alterações no local. Referente
122 ao uso da nascente do Rio Vermelho Elaine lê um documento encaminhado para a FATMA e
123 FLORAM pelo movimento Ação Nascente, onde é relatada a preocupação do movimento com a
124 degradação da nascente devido à grande circulação de pessoas no verão e a utilização da trilha
125 por cavalos. Elaine explica que a partir deste documento ela e a bióloga do PAERVE Fernanda
126 realizaram vistorias no local e em outros acessos da região, além de conversa com um grupo de
127 cavaleiros, sendo produzido relatório sobre a situação da nascente e a partir disso organizaram
128 reunião com o proprietário do terreno e seu advogado e o diretor de fiscalização da FLORAM, o
129 Sr. Bruno Palha, onde ficou decidido que será proibida a passagem de cavalos pela trilha ao final
130 da servidão Nascente do Rio Vermelho e será aberta novamente a trilha utilizada anteriormente
131 pelos cavaleiros na rua Ipê Branco e que fora fechada pela FLORAM, devendo ser colocadas
132 placas informativas nos locais. Elaine também comenta que o proprietário faz questão que seja
133 proibido o banho de pessoas na nascente colocando-se placas informando esta decisão, o que, no
134 entanto, deve ser melhor avaliado, segundo Elaine, através de consulta jurídica. Maria Inês diz
135 que seria interessante o conselho tomar ciência junto ao plano diretor para verificar sobre as
136 modificações que estão ocorrendo nas áreas do bairro diz ainda que a rua Ipê Branco é bastante
137 polêmica, pois inicialmente ela possuía 300 (trezentos) metros de comprimento e não possuía
138 iluminação. Então uma pessoa solicitou sua ampliação e a instalação de iluminação e outra
139 pessoa pediu o arquivamento do projeto,.. Danilo/FLORAM fala que sobre essa proibição acha
140 que não é permitido proibir o uso das águas por qualquer cidadão, pois trata-se de bem comum,
141 fala ainda que as ruas do bairro Rio Vermelho geralmente possuem apenas 200 metros de
142 comprimento, mas que caso algum morador solicite seu aumento e este for aprovado pela câmara
143 de vereadores do município a rua pode ser alterada. Adilson/Epagri diz que em sua opinião deve
144 ser feita estrutura nas trilhas para a passagem dos cavalos evitando assim a degradação ou então
145 se buscar trilhas alternativas. Vera/Ecosul fala sobre a discussão da comunidade para a
146 elaboração do Plano Diretor do município sobre onde deve ter passagem de pedestres e
147 passagem de cavalos, e que dentro desta discussão ficou decidido que aos cavalos só será
148 permitido o acesso nos primeiros 2 Km do bairro. Sgto Marcelo/BPMA fala que no bairro Rio
149 Vermelho devem existir cerca de 300 cavalos e que já existem ruas que são utilizadas por
150 cavalos e pergunta se irão selecionar uma única rua para a passagem de todos os cavalos. Lembra
151 que as ruas até a nascente não permitem a passagem de cavalos devidos aos morros e que as ruas
152 após a nascente possuem terrenos alagados. Danilo/FLORAM diz que o Conselho pode propor
153 que seja direcionado a utilização dos cavalos pela rua Ipê Branco. Sgto Marcelo/BPMA se

compromete em conversar com cavaleiros sobre o assunto, caso esta decisão seja tomada. Elaine diz que a idéia é tentar resolver esta situação existente no momento e na discussão do Plano de Manejo do Parque se discuta as trilhas e estruturas que poderão ser acessadas por cavalos. Elaine continua os informes falando sobre o balanço de incêndios no Parque, visto que foi grande o número de ocorrências neste verão e outono, e que as possíveis causas, na maioria das ocorrências, foi a realização de churrascos no interior do Parque e o descarte de bitucas de cigarro em trilhas e estradas, associado às condições climáticas favoráveis à incêndios. Elaine fala também sobre um convite recebido pelo Conselho para participar de um encontro organizado por uma moradora, Eloísa Nauê, chamado Diálogo Apreciativo, para socialização das organizações do bairro Rio Vermelho com o intuito de buscar um futuro sustentável para o mesmo, e pergunta se o Conselho tem interesse em encaminhar um representante para esse encontro. O Conselho entende que o ideal seria a própria Eloísa participar de uma reunião do Conselho do PAERVE para expor suas idéias, haja vista que no Conselho já se encontram presentes diversas organizações do bairro Rio Vermelho. Elaine abre as falas para os conselheiros ou ouvintes passarem informes. Maria Inês/AMORV informa que no dia 23 de julho vai haver recolhimento de lixo pesado no bairro do Rio Vermelho e sugere que seja entrado em contato com a COMCAP para que haja recolhimento também no PAERVE. Terminado os informes Elaine confere novamente o número de conselheiros presentes e constata a presença de 12 conselheiros, possibilitando assim o quorum da reunião e permitindo o andamento da mesma. Retornando ao **item 3** da pauta sobre a aprovação da ordem do dia Elaine propõe a alteração da pauta com a inclusão da discussão sobre o empreendimento Mello Duarte conforme solicitação da Rosa/UFECO e da discussão sobre pedido de desligamento do conselho feito pela instituição Instituto Lagoa Viva (ILV) que deixou de existir e o possível ingresso de nova instituição em seu lugar e ainda a antecipação do **item 9** referente a Estação de Tratamento de Esgoto da CASAN, sendo aprovado por unanimidade e ficando assim composta a nova pauta: **1.** Instalação dos trabalhos e verificação de quórum; **2.** Relato dos encaminhamentos da reunião anterior; **3.** Aprovação da Ordem do Dia; **4.** Informes; **5.** Discussão sobre substituição da Instituição ILV no Conselho **6.** Consulta sobre horário das reuniões do Conselho Consultivo do PAERVE; **7.** Discussão e aprovação das atas das reuniões dos dias 24/02/2012 e 24/04/2012; **8.** Estação de Tratamento de Esgoto da CASAN; **9.** Empreendimento Mello Duarte; **10.** Apresentação de projeto de Centro Receptivo e de Formação pela União dos Escoteiros do Brasil – Região de Santa Catarina; **11.** Apresentação de projeto de trilha na área do 1º Pelotão da Polícia Militar Ambiental; **10.** Elaboração do Plano de Manejo do PAERVE; **11.** Encaminhamentos e Encerramento. Dando prosseguimento à reunião e passando ao **item 5** Elaine informa aos conselheiros o pedido feito pelo ILV do desligamento desta instituição junto ao Conselho devido sua extinção, e lembra os conselheiros que conforme prevê o parágrafo 3º do artigo 4 do Regimento Interno “A inclusão de nova instituição se dará por indicação de instituições já representadas ou por solicitação da requerente, mediante aprovação da Plenária”. Diante deste fato Elaine informa que existem duas solicitações de instituições interessadas em fazer parte do Conselho Consultivo do PAERVE, a primeira solicitação foi feita em 2009 pela ONG R3Animal que realiza trabalho voluntário no CETAS junto ao Batalhão de Polícia Militar Ambiental localizado no Parque e a outra solicitação feita em 2011 pela instituição Instituto Çaracura. Alguns conselheiros se manifestaram dizendo que as instituições interessadas deveriam ser consultadas para verificar o interesse atual. Elaine propõe que caso ainda exista interesse das instituições em fazer parte do Conselho, poderá ser dada prioridade para a instituição que fez a solicitação primeiro, ou seja a R3Animal, proposta essa aceita por unanimidade entre os conselheiros. Diante da presença de representante da R3 Animal na reunião esta fez uma breve apresentação da instituição e manifestou o interesse em fazer parte do Conselho. Elaine consulta os conselheiros sobre a aprovação da inclusão da ONG R3 Animal ao Conselho, o que foi aprovado por unanimidade. Passando ao **item 6** da pauta Elaine diz que todas as reuniões realizadas no período da noite no ano passado e uma neste ano não tiveram quorum e por isso

205 pergunta aos conselheiros se deverão ser mantidas as reuniões no período noturno. Os
206 conselheiros, em sua unanimidade, entendem que as reuniões deverão ser realizadas somente no
207 período da tarde, porém com alternância do local, uma reunião no PAERVE e a outra na
208 EPAGRI. Elaine propõe aos conselheiros que após a revisão do Conselho fará novamente esta
209 consulta. No **item 7** referente à aprovação das atas dos dias 24/02/2012 e 24/04/2012, as
210 alterações solicitadas por Larissa/APTE-PERV e Diana/ICMBIO são lidas pela presidente Elaine
211 e são aprovadas pelos conselheiros presentes. Passando ao próximo item, **item 8**, referente à
212 Estação de Tratamento de Esgoto da CASAN, Elaine faz uma apresentação aos conselheiros
213 sobre o histórico da criação da Estação e das discussões do Conselho sobre o assunto em 2009,
214 assim como propostas do projeto PDA/PERV e as irregularidades apontadas através de um
215 relatório de vistoria realizado pela FATMA em 2009 e um de 2012. Elaine diz que em conversa
216 com o Gerente de Licenciamento Urbano da FATMA, o Sr. Paulo Orofino, sobre a situação da
217 ETE CASAN no início deste ano teve conhecimento de que a FATMA estava realizando
218 vistorias nas ETES da CASAN em Florianópolis, o que também seria feito na ETE localizada no
219 PAERVE. Informou também que, posteriormente teve informação de que seria feito um termo de
220 ajuste de conduta entre a FATMA e a CASAN, junto ao Ministério Público. Danilo/FLORAM
221 fala que a FATMA já está dando os encaminhamentos sobre as ETES e ressalta que ajuste de
222 conduta geralmente vem depois de uma autuação já efetuada e pede que o Conselho seja
223 informado do andamento sobre o assunto. Sgto Marcelo pergunta se haverá a construção de outra
224 ETE no bairro Rio Vermelho e Elaine responde que não tem conhecimento quanto a isso. Maria
225 Inês/AMORV pergunta se a CASAN realizou todas as mudanças exigidas em 2009 pela FATMA
226 e Elaine responde que provavelmente não. Inês continua dizendo que seria interessante colocar a
227 proposta existente no Projeto PDA/PERV da CASAN contribuir financeiramente com o Parque,
228 através por exemplo, de construção de calçadas e ciclovias ao longo da rodovia que beneficiasse
229 moradores do Rio Vermelho e Barra da Lagoa com equipamentos como academias de saúde de
230 lazer e que iria auxiliar na fiscalização do Parque. Elaine propõe ao Conselho encaminhar as
231 sugestões já discutidas em 2009 pelo Conselho e as propostas do projeto PDA/PERV para a
232 FATMA referente a essa ETE com o objetivo de entrarem na pauta de discussão, diante da falta
233 de tempo para discutir mais à fundo a questão, o que já foi discutido anteriormente e com
234 técnicos qualificados da UFSC. Marcelo/SC Parcerias propõe que seja solicitado à CASAN que
235 esta ETE localizada no PAERVE seja uma Estação de Tratamento de Esgoto modelo, justamente
236 por estar dentro de uma unidade de conservação e que essa solicitação seja feita diretamente pelo
237 PAERVE junto ao o Ministério Público, pois seu medo é que esta ETE seja tratada da mesma
238 maneira que as outras ao invés de se ter um tratamento diferenciado devido a sua localização.
239 Vera/Ecosul diz que participou da reunião do Conselho em 2009 sobre o assunto e que segundo a
240 CASAN a ETE instalada no Parque teria funcionamento e estrutura em caráter experimental.
241 Aline/SAR propõe que seja encaminhado tanto para a FATMA como para o Ministério Público
242 ofício do Conselho solicitando as mudanças levantadas através do projeto PDA e propostas do
243 Conselho, sendo esta proposta aceita pelos demais conselheiros. Continuando a reunião é
244 iniciada a discussão sobre o empreendimento Mello Duarte, **item 9** da pauta, onde
245 Emiliana/Aliança Nativa pergunta sobre o apoio concedido pela AMORV ao mesmo e opina que
246 por se tratar de empreendimento próximo ao Parque o seu processo de licenciamento deveria ter
247 sido encaminhado à gestão do PAERVE para análise e conhecimento. Elaine diz que teve acesso
248 aos processos de licenciamento e gostaria de apresentar algumas informações do
249 empreendimento aos conselheiros para subsidiar a discussão. Elaine inicia a apresentação
250 dizendo que existe um processo inicial solicitando o parcelamento do solo da área, pois
251 inicialmente o terreno correspondia a uma área de 36 (trinta e seis) hectares. Continua dizendo
252 que com esse parcelamento a área total foi dividida em 11 áreas e verificou-se a partir deste
253 parcelamento sobreposição de área ao PAERVE, demonstrando através das imagens existente no
254 processo os limites dessas áreas. Danilo/FLORAM fala que a FATMA não poderia fornecer o
255 Licenciamento Ambiental Prévio (LAP) ao empreendimento sem ter consultado o PAERVE e

pergunta se a Área de Preservação Permanente existente na área do condomínio é considerada como área verde. Elaine diz que as Áreas Verdes do condomínio não sobrepõe as APPs e que, através de uma rápida olhada nos processos, devido o parcelamento da área, os licenciamentos não exigem IEA/RIMA e portanto, segundo a Resolução do CONAMA 428/2010, deveria apenas ser dada ciência à gestão do Parque sobre sua instalação. Maria Inês/AMORV diz que a AMORV apoiou o empreendimento porque eles se comprometeram que teria sistema de tratamento de esgoto interno no condomínio o que permitiria somente o despejo de água limpa no rio e que em contrapartida ao bairro seria proporcionado melhorias a toda a comunidade, inclusive com geração de emprego e diz que a comunidade tem conhecimento da fiscalização da FATMA, e termina dizendo que a AMORV entrou em contato com o empreendimento questionando sobre a pouca iluminação no local. Foi solicitado à COSIP a colocação de iluminação pela própria associação de moradores. Sgto Marcelo/PMA diz que outros condomínios virão e o que cabe ao Conselho é verificar o funcionamento adequado do sistema de esgoto e cumprimento das exigências da FATMA para a instalação desses condomínios e que para os outros empreendimentos a serem licenciados pela FATMA no entorno do Parque seja feita consulta à unidade de conservação. Adilson/Epagri fala que referente às escrituras antigas dos terrenos no bairro Rio Vermelho talvez não conste a informação do limite com o PAERVE de propósito, sendo apenas citado o limite com o rio e sugere que se tenha maior atenção nos licenciamentos próximos ao Parque. Elaine informa que o empreendimento já está em análise por parte da Auditoria Interna da FATMA e também foi feita consulta à Procuradoria Jurídica da FATMA e se compromete em trazer para o conselho o resultado dessa auditoria, bem como disponibilizar aos conselheiros, para consulta no escritório do Parque, os processos de licenciamento do empreendimento da Mello Duarte, além de elaborar uma moção do conselho, endereçada à Diretoria de Licenciamento da FATMA, solicitando que os demais licenciamentos no bairro Rio Vermelho, que estejam no entorno do PAERVE, sejam encaminhados à unidade de gestão do Parque para consulta. Diante do avanço do horário previsto para a reunião, Elaine propõe o encerramento da mesma, sendo aceito pelos demais conselheiros. Nada mais havendo a tratar, eu Mikon Moraes, secretário do Conselho e funcionário da FATMA, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, vai por todos assinada. Florianópolis, 29 de junho de 2012.

Elaine Zuchiwschi – FATMA (titular) _____
Vera Lucia Waith – ECOSUL (titular) _____
Sgto Marcelo Duarte - BPMA (Suplente) _____
Aline dos Santos – SAR (titular) _____
Maria Inês da Silva – AMORV (titular) _____
Emiliana Debetir – Aliança Nativa (titular) _____
Fabricio B. Almeida – Conselho Comunitário Ingleses (titular) _____
Danilo Funke – FLORAM (titular) _____
Adilson F. – EPAGRI (titular) _____
Jorge Genovência de Freitas – UFSC (titular) _____
Marcelo R. Burigo – SCParcerias (titular) _____
Candido B. R. Neto – IPUF (suplente) _____
Jurema Rosso Mendes – SPG (titular) _____